

A HIGIENE MENTAL E O SABER INSTITUÍDO¹

MENTAL HYGIENE AND THE ESTABLISHED KNOWLEDGE

Maria Lucia Boarini

Resumo:

Instigar o debate sobre a interpretação do homem e suas relações sociais a partir de pressupostos organobiológicos é o objetivo deste texto. A título de ilustração, recuperamos alguns pontos do ideário da higiene mental – destacado discurso científico nas primeiras décadas do século XX, no Brasil. Este ideário, construído e sustentado pela ciência de raiz natural, teve um significativo lugar no cenário político da época e viabilizou encaminhamentos em diferentes segmentos da sociedade como solução para os graves problemas de ordem social existentes nesse período. O tempo não validou tais idéias e ações e comprova que as análises das relações sociais advindas de mecanicismos de qualquer ordem obscurecem as contradições sociais e favorecem a geração de uma legião de desviantes da norma social estabelecida.

Palavras-chave: higiene mental; saúde e educação pública; saber instituído.

Abstract:

The purpose of the present text is to incite the debate about the individual's interpretation and their social relationships from organic and biologic presuppositions. For the sake of illustration, we have recovered some points from the ideary of mental hygiene, a renowned scientific discourse during the first decades of the 20th century in Brazil. This ideary, built and sustained by the science of natural roots, had a significant position in the political scenario of its time, and it made possible directions in different segments of the society as solution for the serious problems of social order existent in that period. The time did not validate such ideas and actions, and it proves that the analyses of the social relationships resultant of mechanicisms of any order casts a shadow on the social contradictions, and favor the generation of a legion of deviants of the established social norm.

Keywords: Mental hygiene; health and public education; established knowledge.

Talvez pelo não-compromisso com a certeza, a literatura-arte, historicamente, vem comprovando sua resistência ao rigor do tempo transcorrido. Exemplo emblemático é o conto intitulado *O alienista*, de autoria de Machado de Assis (1839-1908). Nessa obra, o autor satiriza as peripécias científicas do alienista Simão Bacamarte, que, na busca de explicação para a patologia cerebral, produz idéias que vão se metamorfoseando e, ao final, conclui com uma grande interrogação, sem nenhuma certeza. É isto o que o final da história nos leva a concluir, quando Simão Bacamarte, após ter internado na Casa Verde² todos os moradores da cidade, fundamentando-se em diagnósticos elaborados nas suas teorias, conclui que estava equivocado e, após liberar todos os internos, interna-se a si próprio. Na vida real, após quase um século da publicação desta ficção, continuamos sem a “teoria perfeita” sobre o transtorno mental ou a “patologia cerebral”, como o denominava o velho Simão Bacamarte. A inexistência de uma explicação abrangente, já apontada pelo conto machadiano, é sustentada pela Organização Mundial da Saúde (2001, p.36) quando afirma que no campo da doença mental “ainda há muito que aprender”.

Vale adiantar que não vamos aqui fazer incursões no terreno da análise literária, até porque nosso conhecimento neste campo não ultrapassa os limites do intuitivo. Recorremos a estas pontuações apenas para estimular o debate sobre algumas das idéias que não resistiram ao rigor do tempo, mas foram defendidas e reconhecidas como saber instituído por importantes intelectuais de determinada época (ou ainda o são?). Como ilustração, lembramos os princípios e os encaminhamentos defendidos pelo movimento do higienismo e de higiene mental de caráter internacional, que teve sua oficialização e seu auge, no Brasil, nas décadas de 20 e 30 do século XX. Esse movimento social, embora não

popular, reunia, em solo brasileiro, importantes intelectuais da época, em sua maioria com formação médica. Em linhas gerais, o programa do higienismo internacional divulgado no I Congresso Internacional de Higiene Mental³, realizado em Washington, nos Estados Unidos da América do Norte, em 1930, era o seguinte:

O movimento internacional da higiene mental mostra tão variados aspectos, [...], que é difícil resumir em poucas palavras o seu programa. De um modo geral, entretanto, pode dizer-se que se propõe a fazer ao homem a sanidade mental, a máxima eficiência possível, numa palavra, a felicidade, porquanto, protegendo-o, atua sobre ele desde o berço ao tumulo, e afasta irritações nocivas. Sim, a higiene mental, em sua aplicação prática não deve exercer-se somente no terreno da psiquiatria senão em todos os domínios da vida social (LOPES, 1931, p. 148.)

Como se pode depreender da citação acima, estes intelectuais estavam “preocupados com a obra da mentalidade dos continentes” e propunham-se a “[...] realizar, através das Ligas de Higiene Mental, a mais bela obra de profilaxia, procurando conservar ao homem suas qualidades superiores de espírito e de coração”, como afirmava Gustavo Riedel (1930, P.195), presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental no já citado I Congresso Internacional de Higiene Mental.

Reforçando esta idéia, Fontenelle (1925, p.2), importante membro da citada agremiação, em artigo publicado nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, apresenta as duas faces da higiene mental:

[...] uma, tendo em vista o trabalho defensivo contra as causas de degeneração psíquica, é a *profilaxia mental*; outra, procurando preparar o equilíbrio de adaptação entre a mentalidade individual e o meio físico e social, é a *higiene mental* propriamente dita.

Reiterando esta idéia, Henrique Roxo (1925, p. 2), destacado membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, coloca que

[...] se não trata unicamente de remover fatores palpáveis gerais e sim de corrigir vícios enraizados, extirpar infecções gravíssimas, depurar organismos sociais e aperfeiçoar a raça, para que dentro dela já não venha o coeficiente de miopragia⁴ psíquica que a torne presa fácil da alienação e a condicione como degenerada.

“Aperfeiçoar a raça”, por intermédio da eugenia⁵, foi a nova bandeira assumida pela Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1928, em seus estatutos. A complementaridade entre higiene mental e eugenia foi preconizada e defendida por alguns de seus importantes membros, como, por exemplo, Caldas (1930, p. 36), que afirmava enfaticamente: “Não sei como se possa fazer higiene mental, no seu sentido mais lato, sem levar em conta os conselhos eugênicos”. Este posicionamento foi compartilhado pelo psiquiatra alemão Rudin (*apud* LOPES, 1931, p.149), como expresso na seguinte citação:

[...] todos os indivíduos, tarados, mal são nascidos, precisam naturalmente, sem restrição, da melhor e mais ampla higiene mental. Seria, pois, grande erro, acreditar-se que nos males hereditários nada se pode conseguir com a higiene mental. Primeiramente, é certo, melhor seria não nascessem tais indivíduos, e isto mesmo quer agora a eugenia.

Nessa busca de um suposto ideal de normalidade, foram vários os setores da sociedade que receberam a atenção dos higienistas e eugenistas e raros, talvez, foram aqueles que não sofreram rebatimentos do seu ideário. Diante da exigência de modernização do processo de trabalho e das práticas sociais em geral para dar passagem ao capitalismo moderno e, assim, tirar o Brasil do atraso econômico e social em relação aos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, a feição cientificista impregnou os diagnósticos e as formulações distintas dos projetos de nação que disputaram o cenário. A ciência fornecia o argumento central da legitimidade, tanto da crítica aos padrões

convencionais quanto da eleição de novos padrões e procedimentos de diagnóstico, controle e intervenção social. Os higienistas, em particular, estavam convencidos de que as medidas de intervenção de inspiração científica que propunham as diferentes instituições (família, escola, fábricas, quartéis etc.) constituíam-se em soluções para os complexos problemas que dia a dia se avolumavam, tais como a alta incidência de doenças infecto-contagiosas, de mortalidade infantil, de criminalidade, pauperismo, movimentos grevistas etc. - problemas que encontravam nestas instituições espaços importantes para sua expressão, e por esta razão justificava-se a abertura de um leque de possibilidades de intervenção dos médicos higienistas, tal como afirma Ramos (1941, p.20).

Hoje, a higiene mental visa o ajustamento da personalidade humana aos seus círculos de vida. Daí, a extensão hodierna do movimento, abraçando a educação, os problemas do casamento e da família, a indústria... Penetra em todas as atividades da comunidade, prevenindo e resolvendo conflitos, zelando pela saúde psíquica da personalidade humana.

Ramos (1941, p.20) oferece-nos uma mostra da importância atribuída à ciência. Desta maneira, as propostas da Liga Brasileira de Higiene Mental sustentavam-se na idéia de que as intervenções, de caráter científico de raiz biológica, nestas instituições, representavam verdadeiras cruzadas em prol da construção do Estado Nacional, um discurso de cunho nacionalista que ecoava muito forte na época. Observamos que

[...] ao tentar resolver problemas de natureza coletiva, através da higiene do corpo ou da eugenia da raça, ainda que esses problemas sejam inerentes à saúde, tais como as epidemias e as endemias, as propostas higienistas e eugenistas escamoteavam contradições postas pela organização social do trabalho. Ao não considerarem a saúde como expressão das condições sociais de existência, mas única e exclusivamente como responsabilidade do indivíduo, naturalizavam-se os antagonismos, os conflitos e as diferenças

estabelecidas pelas relações sociais. (BOARINI, 2003, p. 15.)

O “laboratório” das reformas sociais

A escola, por exemplo, era entendida pelos adeptos da higiene mental como um dos laboratórios das reformas sociais, e, salvo erro de interpretação, a educação era entendida como promotora (ou apaziguadora?) da igualdade entre os homens, já que produziria a reforma moral para aparar as arestas da sociedade de classes e redentora dos males sociais. Esta idéia pode ser confirmada na conferência realizada na Associação Brasileira de Educação pelo médico higienista Miguel Couto (1927, p. 19), da qual destacamos um excerto:

Educação do povo é o nosso primeiro problema nacional: primeiro, porque o mais urgente; primeiro solve todos os outros; primeiro, porque, resolvido, colocará o Brasil a par das nações mais cultas, dando-lhe proventos e honrarias e lhe afiançando a prosperidade e a segurança; e, se assim faz-se o primeiro, na verdade se torna único.

Sob esta perspectiva, o objetivo principal desta instituição, de acordo com o higienista Erasmo Braga (1931, p. 12), era

modificar os seres humanos, tornando-os melhores do que eram, nas suas relações com terceiros, nos seus conhecimentos de ordem intelectual, na sua capacidade de ação para exercer funções reais na vida como indivíduos e como fatores da comunhão social.

Nestes termos, uma das instituições objeto de importantes e inúmeras intervenções dos higienistas foi a escola, sendo possível afirmar que da educação escolar nada escapou. Tudo foi esquadrinhado, quantificado e classificado sob a inspeção médica escolar, desde o ambiente físico até o nível intelectual dos alunos. Roxo (1925, p.05) propôs algo que de fato aconteceu (e vem acontecendo): “[...] fazer a

separação de acordo com o desenvolvimento intelectual de cada aluno, além dos distúrbios degenerativos que desde cedo se constatassem". O objetivo deste procedimento era homogeneizar as classes escolares tendo como critério o resultado nos testes de avaliação intelectual ou quociente de inteligência. Ao adotar esta e outras medidas educativas, a escola representava o auxílio necessário para a construção de uma sociedade higienizada e mentalmente sadia. Com esta medida, a Liga Brasileira de Higiene Mental sintonizava-se, também, com os princípios da Escola Nova, cujo fundamento principal é uma nova concepção da infância. Contrariamente à tradição, para os escolanovistas a infância é "um estado de finalidade intrínseca de valor positivo, e não mais como condição transitória e inferior, negativa, de preparo para a vida adulta" (NAGLE, 1976, p. 48). Reafirmando esta posição, Braga (1931, p. 12) deixa claro: "O centro de interesse pedagógico na escola deslocou-se da matéria a ensinar para o próprio aluno, que passa a ser o centro do programa todo de educação". Nesta sintonia, vai ocorrendo uma transformação completa no campo da educação escolar, e a psicologização do processo escolar é facilmente constatada pela valorização e ampla utilização dos testes de avaliação psicológica⁶.

São essas técnicas que, mais do que quaisquer outras, permitirão ao especialista a justa avaliação das mentalidades normais, trabalho prévio imprescindível a uma série de aplicações específicas da higiene mental, em sentido estrito, quer dizer concernente aos indivíduos sãos de espírito: orientação profissional, seleção psicológica dos escolares, saúde mental dos operários, etc. (EDITORIAL, 1930, P.311.)

Vale lembrar que desde o século XVI, por conta das necessidades sociais e históricas da época, vinham se destacando os avanços no campo de conhecimento da física, da matemática, da astronomia, da mecânica e congêneres. Nestas áreas do saber a mensuração representa um valioso instrumento, inclusive na construção das ciências naturais, e, assim sendo, a quantificação generaliza-se, tomando o caráter de paradigma.

Em sintonia com as necessidades da época, os testes psicológicos são construídos a partir do modelo das ciências naturais, alimentam a possibilidade de dimensionar a capacidade intelectual das pessoas, avaliar suas habilidades e aptidões e, na seqüência, adequar os comportamentos aos padrões da época. Nestes termos, foram inúmeros os usos da avaliação psicológica em vários segmentos da sociedade - escola, exército, imigração, indústria etc. - sendo que esta avaliação seria melhor quanto antes fosse realizada.

Desde 1920 os educadores têm como certo que o nível mental medido aos seis anos, por meio de testes, dá o prognóstico do progresso educacional das crianças. Trata-se de verificar se esse prognóstico é possível em idades mais tenras. Os processos, porém, não são outros, desde que os testes de linguagem não têm, então, aplicação. Socorre-se à psicometria em tais casos dos chamados `performance tests`, testes de atos, dos quais a série mais utilizada é a de Merrill-Palmer, aplicável desde a idade de dezoito meses. (BRAGA, 1931, p.143.)

Não obstante, com o benefício do tempo transcorrido – tomando-se como exemplo a questão da metrificação do nível intelectual dos escolares para distribuí-los em classes homogêneas, a fim de conseguir melhor aproveitamento escolar – não é possível afirmar que a partir daí tenham ocorrido avanços na qualidade do ensino. Continuam freqüentes as avaliações de caráter oficial, indicando o precário desempenho escolar dos alunos da rede pública de ensino fundamental. Tal afirmação pode ser corroborada pelas inquietações manifestada pelo Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que declara estar o ensino fundamental, no Brasil, no “pior dos mundos”.⁷

O que a história nos permite afirmar é que a busca incessante pela definição do padrão de normalidade e mensuração de enquadramentos e desvios dos parâmetros normais com o auxílio de instrumentais científicos e técnicos almejou a promoção de uma espécie de saneamento social e, na seqüência, selecionou uma legião de desviantes ou diferentes do

padrão estabelecido para neles aplicar as práticas higienistas e eugênicas, tal e qual a sátira machadiana.

Esta constatação histórica vai delineando uma instigante interrogação: como justificar a existência de um padrão em uma sociedade democrática cujo lema principal é “liberdade, igualdade e fraternidade” entre os homens? Tentar uma resposta a esta questão não é uma tarefa fácil; ao contrário, abordá-la em um estreito espaço de um artigo constitui-se em uma missão quase impossível. Mas, a título de estímulo ao debate, é possível lançar algumas idéias. É o que faremos a seguir.

O direito à igualdade

A idéia da igualdade universal entre os homens desvela a histórica desigualdade social. A oficialização desta igualdade entre os indivíduos se dá através da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que potencializa a construção da sociedade moderna dos estados liberais. É necessário lembrar que na Idade Média a antinomia entre o homem e a sociedade permaneceu latente por séculos, por conta da promessa de que “é mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus” (Mateus 19:24 ou Marcos 10:25) ou “Bem-aventurados os pobres, porque deles é o reino dos céus” (Lucas 6:20). Na nova ordem social, que apregoa a igualdade no reino terrestre, não é difícil notar o problema social gerado a partir deste princípio. Os pressupostos igualitários da revolução burguesa, portanto, deixam a nu a mais significativa contradição da nova ordem social: o antagonismo entre as classes sociais. Isto significa dizer que o meio social não oferece oportunidades iguais para todos. O lugar do indivíduo na sociedade burguesa depende da sua posição na cadeia produtiva e os mecanismos de exclusão e opressão garantem esta “ordem social”. Então, o problema está posto: como conciliar a igualdade entre todos os indivíduos ou a universalidade do Direito com a diferença de classe social ou ainda com o

direito à diferença humana. Este é um complexo problema social que a nova ordem deve equacionar com o auxílio do próprio Direito, que “é um termo da linguagem normativa, ou seja, de uma linguagem na qual se fala de normas e sobre normas” (BOBBIO, 1992, p. 79), e, como tal, traz implícito um padrão a ser seguido. Ora, o padrão, como é de fácil constatação, é definido pelo discurso dominante; assim, a norma do sujeito da modernidade é o homem branco, burguês, cristão, heterossexual, ocidental, urbanizado.

A definição do atendimento ou não às normas estabelecidas será arbitrada pelas ciências naturais, adotando-se os métodos das ciências exatas. Sob esta ótica, não causa surpresa a preocupação de Kehl (1929) – que, diga-se de passagem, é bastante atual – em relação à liberdade de reprodução da classe pobre:

A limitação da natalidade amplia-se cada vez mais nas classes média e superior da coletividade, enquanto permanece desconhecida e impraticada entre os indivíduos da baixa esfera social. Sociólogos e eugenistas estudam o grave problema e apresentam sugestões para amparar a parte aproveitável e produtiva da humanidade contra o perigo asfixiante e compressor da massa inculta e amorfa, que constitui verdadeiro peso morto.

Este é um exemplo do que estamos denominando naturalização do social; ou seja, pertencer à “baixa esfera social” ou à “massa inculta e amorfa” ou à “parte aproveitável da humanidade” é, nesta perspectiva, uma questão da natureza em si, independente da ação humana. É como se o aparato biológico do indivíduo determinasse o lugar que ele ocupa na cadeia produtiva da sociedade burguesa. Em outras palavras, os fenômenos sociais são interpretados e avaliados tal e qual são interpretados os fenômenos físico-químicos e assim passíveis de serem esquadrihados e quantificados, por exemplo. Com o recurso da ciência de raiz biológica é fortalecida a explicação da diferença social pela diferença biológica, e, mais que isto, argumenta-se contra a

impropriedade da visão universalista da humanidade, importante bandeira dos iluministas.

Não pode ser admissível a igualdade de direitos, sem que haja, igualdade na evolução [...] Fazer-se do indivíduo o princípio e o fim da sociedade, conferir-lhe uma liberdade sem limitações, como sendo o verdadeiro espírito da democracia, é um exagero da demagogia, uma aberração do princípio da utilidade pública. (GMB, 1906, p. 256-257 apud SCHWARCZ, 1993, p.212.)

A intencionalidade humana é ignorada e o homem deixa de ser o produtor da história, passando a ser considerado apenas um ente físico-biológico que, por sua vez, determina o lugar social ocupado por esse homem. Perde-se de vista que a sociedade, tal como ela se apresenta, é resultante de lutas seculares que a humanidade vem travando em busca de sua emancipação e por um mundo melhor. Ao ignorar a história, a intencionalidade do ser humano, expropriamo-lo de sua possibilidade de interferir nos rumos da sociedade da qual é parte fundamental. Não levando em conta a transitoriedade das transformações sociais, encurta-se o caminho em direção ao saber que não resiste a análise mais criteriosa, saber que já vinha sendo questionado na época por Lima Barreto (1881-1922), importante escritor da literatura brasileira e protótipo do desvio do padrão social (mulato, alcoolista, pobre...):

As maravilhas que a ciência tem conseguido realizar, por intermédio das artes técnicas, no campo da mecânica e da indústria, têm dado aos homens uma crença de que é possível realizá-las iguais nos outros departamentos da atividade intelectual.

Enfim, o que estes ilustres (ou não) personagens cientistas nos legaram como lição é que as dúvidas, as inquietações, os interesses sociais de cada época e as mazelas sociais daí decorrentes são expressões das contradições vividas pelo homem na luta pela produção da vida,

impossíveis de serem desveladas por meio de explicações mecanicistas de qualquer ordem.

À guisa de conclusão relembramos o clássico texto de autoria de Chauí (1989, p.10) sobre o “discurso competente”. Numa interpretação ligeira desta estimulante reflexão, destacamos a diferença que a autora faz entre o saber histórico ou instituinte do saber institucional ou instituído. No primeiro caso temos o saber produzido a partir do trabalho, da “dimensão propriamente humana da experiência”. No outro caso temos o saber instituído fundado “na pura racionalidade de fatos racionais” que, por meio de inúmeros e variados modelos científicos, dá o tom e a cor do discurso do especialista que, via de regra, “desarma qualquer tentativa de interrogação” como afirma Chauí (1989, p.10).

Nesta linha de raciocínio, configura-se como saber instituído tanto o ideário de higiene mental que nos serviu de ilustração quanto qualquer outra análise que se fundamente em parâmetros organobiológicos para explicar as desigualdades sociais na “sociedade de iguais”. Desconsiderando o processo histórico que se nutre da intencionalidade e da organização humanas, não é difícil produzir uma legião de desviantes da norma social. O difícil é abrigar a todos, os desviantes, na Casa Verde...

Maria Lucia Boarini
Universidade Estadual de Maringá
mlboarini@wnet.com.br

Referências:

BÍBLIA Sagrada. A. T. ou N. T. Mateus. Português. Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola, 1996. Cap.19. vers.24.

BÍBLIA Sagrada. A. T. ou N. T. Marcos. Português. Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola, 1996. Cap.10. vers.25.

BÍBLIA Sagrada. A. T. ou N. T. Lucas. Português. Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola, 1996. Cap.6, vers. 20.

BOARINI, Maria Lucia. Apresentação. In: BOARINI, Maria Lucia. *Higiene e Raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003. p. 15.

BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAGA, Erasmo. Resenhas e analyses. Os elementos psycho-sociologicos nos programmas de ensino. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, v. 4, n. 1, p.3-16, 1931.

BRAGA, Erasmo. Resenhas e analyses. Educação da criança em idade pré-escolar. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, v. 4, n. 2, p.143-147, 1931.

CALDAS, Mirandolino. O Congresso de Hygiene Mental e a Eugenia. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio,, v. 3, n. 2, p.35-36, 1930.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commmercio, 1927.

EDITORIAL. Psychologia e Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, v.3, n.9, p.311-312, 1930.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONTENELLE, J. P. Hygiene mental e educação. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, v. 1, n. 1, p.1-10, 1925.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEHL, Renato. Boletim de Eugenia. Separata de: *Medicamenta*, Rio de Janeiro: v.1, n.8, ago. 1929.

LIMA BARRETO, Afonso Henrique de. *Diário do hospício; o cemitério dos vivos*. Disponível em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/autores/limabarreto/cemiterio/cemiterio.html>. Acesso em 23 de jun. 2006.

LOPES, Ernani. Resenhas e analyses. A significação da eugenia e da genetica para a hygiene psychica. Rudin, E. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio,, v. 4, n. 2, p.147-150, 1931.

LULA afirma que não tem "solução" para a educação. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 16 mar 2007, Brasil, Caderno A.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório sobre saúde no mundo. *Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Washington, D.C.; Genebra, 2001.

ASSIS, Machado de. *O alienista*. 14 ed. São Paulo: Ática, 1988.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1976.

RAMOS, Arthur. *Saúde do espírito: higiene mental*. 2.ed. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1941.

RIEDEL, Gustavo. Impressões do 1º Congresso Internacional de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio,, v. 3, n. 6, p.195-198, 1930.

ROXO, Henrique. Higiene Mental. Trabalhos Originaes. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, v. 1, n. 2, p.1-9, 1925b.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. *A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo*. 2007. 177 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação). Departamento de Fundamentos da Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2007.

¹ O presente texto serviu de base para nossa participação no VII Encontro Clio-Psyché intitulado "Psicologia, alteridade e historia", realizado no período de 4 a 6 de outubro de 2006, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

² Moradia construída para internar todos os alienados ou loucos, diagnosticados por Bacamarte.

³ "O diário do primeiro Congresso Internacional de Higiene Mental acusava na sua instalação a presença de 2500 representantes de instituições de eugenia, antropologia, educação, criminologia, psicologia, obras sociais, psiquiatria, neurologia e delegações oficiais de 54 países" (Riedel, 1930, p.195).

⁴ Miopragia ou miopraxia é "condição de inferioridade ou insuficiência funcional de um órgão ou um aparelho do organismo (FERREIRA, 1988).

⁵ "Poder-se-ia definir a Eugenia como sendo a ciência que tem por fim preservar e favorecer as boas disposições hereditárias do plasma germinativo. Eugenismo é a aplicação prática, social e individual das medidas que concorrem para o melhoramento [genético] humano." (KEHL, 1929, p.1)

⁶ Para aprofundamento desta questão sugerimos a leitura de Wanderbroock (2007).

⁷ Em discurso de improviso ontem, no Palácio do Planalto, a educadores de todo o país, Lula disse que possui "inquietações", mas nenhuma 'solução' para melhorar a qualidade do ensino fundamental do país, que, disse, está no pior dos mundos. 'Eu vim aqui [ao evento] apenas para dizer a vocês das minhas inquietações. Não tenho solução. As

soluções que eu tenho, possivelmente, algumas são válidas e outras não. Mas o que eu sei, concretamente, é que estamos em dívida com a educação' (LULA, 2007).